



Favela Metrô-Mangueira: Vozes femininas dissonantes na luta pelo Direito à Cidade

Livia de Araújo Rodrigues ¹

Vinicius Ferreira Pinto Vasconcelos ²

Jocinéia Andrade Ramos Araújo ³

INTRODUÇÃO

Enfrentamos nas últimas décadas um significativo aumento das novas lógicas de expulsões na cidade, no qual os instrumentos para sua realização apresentam-se através de políticas públicas elementares de transformação do espaço urbano, principalmente pelo forte dinamismo do mercado financeiro imobiliário. Deste modo, a promessa de renovação urbana serviu como importante instrumento legitimador do projeto de expropriação dos moradores de favelas, em que a maioria das demolições de casas populares acontecem em áreas de extrema valorização imobiliária. O direito à habitação, no contexto eminentemente desigual de reestruturação neoliberal, foi afetado pelo desmantelamento das instituições básicas de bem-estar e pela mobilização de uma série de políticas que favorecem o mercado financeiro. Esse processo engendra novas dinâmicas e arranjos socioespaciais que trazem profundas transformações na cidade. As invisibilidades produzidas sobre as experiências de remoção, as memórias de ocupação e luta pelo espaço urbano são elementos importantes da história da cidade do Rio de Janeiro.

A busca por elitização de certos espaços, suas consequências para a população de baixa renda e o recrudescimento da luta pelo direito à cidade, inspiraram a produção deste artigo, cujos estudos foram iniciados na pesquisa de mestrado intitulada: “Favela Metrô-Mangueira: remoções, permanências, lutas e ressignificações no espaço”, vinculada institucionalmente ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-UFF). Este

¹ Mestre em Geografia da Universidade Federal Fluminense- UFF, liviageouff@gmail.com;

² Doutorando do IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, viniciusfpv2@gmail.com;

³ Doutora de estudo de linguagem da Universidade Federal Fluminense-UFF, jocibahiense@gmail.com;



trabalho propõe, portanto, uma profunda interpretação das consequências da lógica de intervenções urbanísticas em favelas, sobretudo no que atinge diretamente as mulheres.

Há muitas décadas não ocorriam intervenções urbanas tão significativas, como as associadas ao contexto dos Megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. A favela Metrô-Mangureira, localizada próxima ao estádio Maracanã, configurou-se como um obstáculo ao desenvolvimento urbanístico da região, na qual diversas propostas de intervenções foram arbitrariamente definidas e efetivamente implementadas. Os sucessivos projetos capitalistas de urbanização do Rio de Janeiro arruinaram a possibilidade de um ideal de cidade onde seria possível, ainda, a vida comunitária em espaços diferenciados, porém não segregados e estigmatizados. A favela é uma expressão desse contínuo processo estigmatizante, pois é representada pela mídia e ampla parte da sociedade como um território da criminalidade e marginalidade. Estes estereótipos historicamente construídos questionam a participação moral desses sujeitos no espaço, porque descumprem as regras de comportamento estabelecidas pelos padrões dominantes.

A partir do discurso de resolução dos problemas de insalubridade e desordem da cidade, certas favelas, como a Metrô-Mangureira, passaram a ser alvos de violentos processos de remoção. Neste cenário, os mitos da marginalidade (PERLMAN, 1977) facilitam a aceitação e justificam a implementação de políticas de reestruturação urbana que afetem a população mais pobre. Há a busca por uma alocação mais “eficiente” da terra, ou seja, priorizar a supressão de usos e formas de ocupação menos lucrativas, as favelas. Nesse contexto, a maior parte dos moradores foi dirigida para locais distantes, e uma minoria resistente permaneceu na favela em meio aos destroços das casas demolidas. Muito afetos e relações de confiança foram rompidos, processo que contribuiu para precarizar as condições de sobrevivência das famílias chefiadas principalmente por mulheres, na medida em que as forçavam a romper relações de solidariedade dentro de suas localidades de origem. Essas mulheres que permaneceram na favela, precisaram desenvolver diversas táticas de luta no âmbito do direito à cidade a partir de suas percepções e vivências de violência na favela. De fato, há poucos registros oficiais sobre as experiências de luta e articulação das lideranças favelas para garantir o Direito à Cidade de suas moradoras.

O presente artigo pretende investigar as estratégias de moradoras na disputa pela produção do espaço urbano na favela Metrô-Mangureira, assim como as semelhanças,



diferenças e particularidades dessas atitudes na constante luta por um urbano que possibilite o Direito à Cidade. Nesse percurso de pesquisa, mostrou-se necessário o mapeamento das ações e discussões que considerassem as desigualdades de gênero e violências vivenciadas por mulheres da favela durante as sucessivas remoções, além da identificação e constituição deste espaço como impulsionador de uma potente rede política de incidências, articulações, formações e fortalecimento de ações cotidianas capazes de criar um campo de possibilidades de reinvenção de novas utopias do devir urbano. Para tal, valemo-nos também do estudo de narrativas de mulheres que residiram em favelas, como a escritora Carolina Maria de Jesus em sua obra “O quarto de Despejo, Diário de uma favelada. A autora registra situações reais de enfretamento de uma casa chefiada por ela, suas lutas e resistência diante das dificuldades e ainda, caracterizava em seus escritos, a realidade de uma pessoa favelada e sem Direito à Cidade. Como nota-se no trecho a seguir:

senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada.

(JESUS, Carolina Maria de, 1960)

Desta forma, valorizar os registros existentes é decisivo para que esse trabalho de recuperação se amplie e a narrativa da favela deixe de ser produzida apenas a partir das versões pragmáticas dos agentes e agências do Estado.

APORTE TEÓRICO

As favelas brasileiras sempre foram associadas à ideia de ameaça para a cidade: desde o risco epidêmico sustentado pelo discurso higienista, passando pelo risco de uma revolta social provocada pelos comunistas, até, mais recentemente, aos riscos associados à violência urbana. Os favelados foram identificados pelo quadro normativo dominante como elementos culpados pelos graves problemas urbanos vigentes. Houve, portanto, a exclusão dos moradores das favelas do processo de planejamento da cidade e seus espaços de morada, no qual, historicamente, o Estado atua para favorecer os interesses dos



principais grupos econômicos e políticos da cidade. Assim, o espaço surge como um meio e um poder nas mãos das elites, sua produção é social ao mesmo tempo que sua dominação é privada, definindo acesso desiguais às políticas públicas, em que a cidade privatizada se torna sinônimo de privação social.

As propostas intervencionistas com objetivo sediar os Megaeventos esportivos foram, em geral, de caráter “civilizatório”, haja vista o fato de os moradores destes espaços serem visto como moralmente incompatíveis à vida urbana, passando por propostas de controle negociado, impostos pelo Estado e as elites, até propostas associadas às políticas de segurança pública mais recentes, de controle social mais coercitivo. Diante disso, a cidade molda-se pautada na concepção de cidade como mercadoria (VAINER, 2002), acompanhados da promoção de políticas públicas excludentes, os entes públicos envolvidos, alinhados com grandes empreiteiras, transformaram o município num grande “canteiro de obras”, pondo em prática uma nova política higienista, através de projetos remocionistas opressores, em especial, em duas regiões olímpicas, projetando novas expectativas e práticas sociais, destruindo velhas urbanidades (LEFEBVRE, 1991). Atualmente o debate sobre o Direito à Cidade na perspectiva de gênero tem possibilitado a identificação de uma nova gramática política das lutas sociais urbanas no Brasil. Para Lefebvre (1991) é na vida cotidiana que se situa o centro real da práxis, um lugar decisivo, lugar de equilíbrio e lugar em que se manifestam os desequilíbrios ameaçadores, enquanto os sujeitos puderem viver o cotidiano, as antigas relações permanentemente se reconstituirão pela apropriação do corpo, do espaço e do tempo, do desejo. Há, para o autor, a criação de um mundo prático-sensível a partir dos sinais repetitivos, tendo a capacidade de fazer da vida cotidiana uma obra, para os sujeitos, os grupos e as classes. Nesse sentido, toda lógica impositiva de ordenamento urbano, normatização e organização, afasta o sujeito da possibilidade de construir uma cidade mais democrática. A produção do espaço urbano, fortemente ligada a conjuntura neoliberal, prioriza o valor de troca e as relações de consumo, subordinando, assim, as formas e os conteúdos do valor de uso. Desta forma, a favela torna-se passível de ser segmentada, categorizada, uniformizada. O mundo da propriedade privada se desenvolve sob novas formas, dentre elas a mercadoria-espaço, principalmente no que diz respeito a produção da habitação. Todavia, o espaço apesar de atender ao valor de troca, atende também, dialeticamente, ao valor de uso, conforme o vivido, as apropriações.



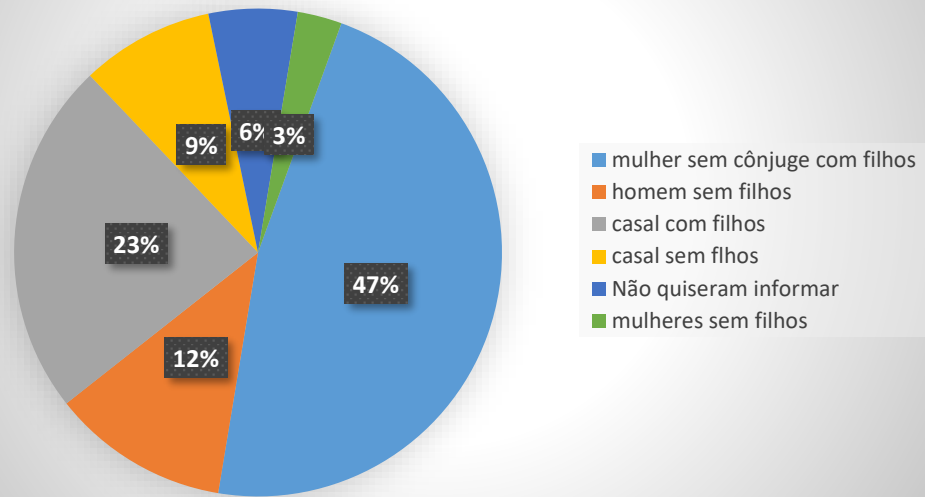
A estruturação de um imaginário social estereotipado da Favela Metrô-Mangueira, associado à lógica do capital imobiliário, violentou extremamente esses indivíduos que lutavam pela permanência da favela naquele espaço, transformando suas vidas para sempre. As remoções impostas pelo poder público aos moradores e comerciantes geraram diversos “desenraizamentos” das práticas socioespaciais ali impressas. Diante disto, estes moradores tentam gradualmente reconstruir suas redes de sociabilidade, buscando novas táticas de sobrevivência, num processo muito longo, com muitos percalços e com um custo pessoal, afetivo e econômico muito elevado.

Tomaremos como central para essa reflexão as narrativas de mulheres que resistiram ao processo de remoção e relataram as angústias, inquietações, opressões, expectativas, contradições e ambiguidades vivenciadas em relação à questão da moradia na busca por compreender e evidenciar quais estratégias sociais são formuladas por essa parcela da população. A análise das vozes produzidas por mulheres em disputa pela produção do espaço urbano e o direito de habitar, visa colaborar para a compreensão da condição social destas mulheres faveladas inseridas no violento cenário de insegurança habitacional na cidade, ao mesmo tempo que permite um campo de possibilidades de resistências desse grupo social frente às questões cotidianamente vivenciadas por elas após o anúncio da demolição de suas residências. Tomar as experiências de remoção destas mulheres faveladas como problema de pesquisa, é constantemente questionar sobre a própria possibilidade de democratização das relações sociais e luta por direito à cidade.

Para melhor compreender as estratégias de luta por permanência e reprodução do espaço urbano cotidiano, sobretudo, das mulheres da região, foi desenvolvido um estudo quantitativo com o objetivo de captar a distribuição percentual das famílias com pessoas de referência do sexo feminino, como exposto a seguir:



Distribuição percentual de lares chefiados por mulheres



Com as dificuldades impostas pela pandemia de COVID-2019, a lógica de ocupação da favela Metrô-mangueira tem sido bastante irregular e intermitente. Muitas famílias que ocuparam o território em 2020, já não se encontram na região em 2021, o que dificulta bastante a obtenção de dados confiáveis e a criação de vínculos duradouros com os moradores. Com a intenção de alcançar a magnitude dos aspectos que envolvem o estudo de caso proposto, durante todo o mês de julho de 2021, foram realizadas entrevistas estruturadas, com as moradoras da favela Metro-Mangueira, com objetivo de identificar e quantificar a distribuição percentual das famílias com pessoas de referência do sexo feminino, permitindo, assim, uma breve análise qualitativa dos resultados. No total foram realizados 3 trabalhos de campo e abordadas 34 pessoas, entre 14 e 65 anos. A estratégia foi seccionar a favela em áreas A, B, e C, desta forma, em cada ida a campo uma área era utilizada para estudo e apenas um morador de cada residência era entrevistado.

Para estas mulheres que criam seus filhos sozinhas, é profunda a radicalidade da precarização cotidiana agravada pela pandemia, principalmente no que diz respeito a proteção social. Priscila, mulher de 24 anos, mãe de 3 meninas relatou chorando : “*Se a gente sai pra por comida no prato derrubam nossa casa. Se a gente sai pra por comida no prato dão tiro na cabeça dos nosso filhos, confundido eles com bandido. Se a gente sai pra por comida no prato minha menina de 9 anos corre o risco de ser assediada. Se*



a gente sai pra por comida no prato a gente continua sendo vagabundo. Não importa o que a gente faça moça. As pessoas põe algema na gente antes de nós nascer.”

Melo (2020), expõe que nesta crise provocada pela COVID-19 é fundamental assegurar que as vozes, necessidades e demandas das mulheres estejam no centro das respostas dos entes federativos e das políticas de atendimento à população. Corrobora que elas são essenciais na luta ao enfrentarem os desafios dos cuidados, na família, no trabalho, como profissionais de saúde, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras informais entre outras ocupações. Para a autora a vida das mulheres está sendo profundamente afetada pelo atual contexto. *Na miudeza da vida cotidiana da família e do trabalho, elas serão as mais afetadas pela crise. Mas são ignoradas pelas políticas econômicas sociais do atual governo.*(MELO, 2020, p. 01).

Analisar a experiência cotidiana dessas mulheres no contexto de favela durante o processo de remoção não só de suas casas, mas sobretudo de suas raízes, corrobora para visibilizar formas de violência, segregação e silenciamentos articulados à exclusão espacial dentro das grandes cidades brasileiras. As bruscas mudanças no cotidiano destas mulheres agem diretamente na precarização do trabalho, dificultando o estabelecimento de possibilidades construtivas que lhes permitem garantir renda, maior conforto e soluções de acomodação familiar. Muitas delas trabalham em suas moradias e devido às constantes ameaças de remoção, são forçadas a afastar o trabalho da residência, sendo isto, portanto, percebido como um processo de violência simbólica. Mesmo nessa condição, as mulheres desses territórios resistem, se organizam, e a partir das opressões e desigualdades vivenciadas se articulam para promover práticas de enfrentamento às violações de direitos que se materializam no cotidiano. Na favela Metrô-Mangueira, a maior parte das famílias é chefiada por mulheres que precisaram dividir seu tempo entre as atividades domésticas, atividade para geração de renda, criação dos filhos e luta pela moradia. Essas mulheres há tempos têm se destacado em mobilizações políticas pelo direito à terra, desta forma, uma das principais críticas expostas por elas é o distanciamento existente entre a proposta de intervenção urbanística e as realidades, as expectativas e as concepções de espaço adequados a moradia na perspectiva destas mulheres faveladas.

Em concordância com Barbosa (2020), ao olharmos com mais atenção para a vida social presente na favela, captamos relações, códigos, marcações e práticas de



sociabilidade que especificam pertencimentos culturais particulares,. Ao se discutir a habitação urbana de grupos populares, não estamos nos referindo simplesmente a um abrigo individual e familiar. Falamos da morada como recurso de existências. Nesta nova condição urbana, revelaram-se identidades pluralizadas e práticas inteiramente novas de reinvenção cultural e econômica, além de apropriação material e simbólica do espaço e do tempo. Assim, as múltiplas escalas do viver a cidade também apresentaram a essas mulheres novas oportunidades de aprendizagem social, de descoberta de outros diferentes, da formação de novas redes solidárias e da constituição de sentidos plenos para a vida.

METODOLOGIA

O método utilizado no curso da pesquisa foi a observação participante, fundamental para o desvendamento do cotidiano multidimensional da favela, numa perspectiva integrativa, capaz de realizar sínteses entre diferentes visões de mundo e formas de percepção; portanto, um estudo empírico, em que a observação de campo foi priorizada, tendo-se incluído o relato oral, ao se constatar a importância de ouvir as pessoas que poderiam remontar sua história e redescobrir a si mesmas a partir do retorno, do olhar lançado pelo pesquisador. Estas observações de pesquisa em campo têm permitido mapear as estratégias e ações de diversas mulheres, organizações internas e externas, instituições locais para reivindicação de direitos e construção de estratégias, documentos e ação política, principalmente no âmbito da segurança pública (considerando também o enfoque de gênero), Direito à Cidade e o enfretamento à violência e à militarização dos territórios e da vida. Nesse contexto, a maior dificuldade para produção do artigo foi realização de entrevistas e principalmente observação participante das remoções recentes, no ano de 2020 e 2021 uma vez que a realização de trabalhos de campo tornou-se perigosa pela gravidade da pandemia mundial de COVID-19.



RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Durante o período que frequentamos a favelinha, acompanhamos de forma cotidiana três moradoras resistentes à remoção, empreendedoras, mães e uma delas: estudante. Em 2017 começaram, em suas casas, a produzir doces caseiros e vender em dias de jogos no maracanã. A produção era tanta que nos jogos mais cheios, elas precisavam da ajuda de parentes na produção. Assim, Jarbas, ex-morador da favela, ressaltou que o empreendimento ganhou notoriedade, até que um bar na 7 de setembro, em Vila Isabel, passou a encomendar uma grande quantidade semanalmente. O morador ainda exclamou: *“O sucesso subiu à cabeça, vendiam as trufas por um real, agora querem vender a dois, dois e cinquenta. O pobre quer ficar rico em cima do pobre, aí não dá!”*.

Invisibilizadas por parte do poder público e da sociedade, elas precisam lidar com uma série de tarefas. Assim, é fundamental buscar formas de apoio que visem amenizar o impacto na vida destas mulheres. Portanto, para que essas mulheres possam dedicar mais tempo ao trabalho é fundamental que sejam construídas instituições de educação infantil e ensino fundamental em tempo integral, bem como outros equipamentos sociais de apoio às necessidades domésticas, isto aliviaria a sobrecarga que recai sobre essa mulher, principalmente, àquelas que exercem a chefia familiar e conseqüentemente a dupla jornada de trabalho.

Em março de 2020, após auxiliar na retirada de alguns entulhos que permaneciam na favelinha, conhecemos Fernanda, moradora que chegou em 2014, após as primeiras remoções. Ela descreveu que convive, assim como os moradores mais antigos, constantemente com as ameaças do poder municipal, que além de não cumprir com sua obrigação social junto aos moradores, utiliza de mecanismos de opressão. Assim, a insalubridade da favelinha dificulta a realização plena da possibilidade de viver a cidade. Cabe, todavia, ressaltar que a moradora produz dentro da favelinha estampas de camisas, que são encomendadas por vários locais da cidade. Assim, seu sobrinho faz a arte gráfica e a moradora estampa nas camisas, que ela mesmo costura. Para Barbosa (2013) a favela traz um projeto: a cidade como obra de arte. A prática de reprodução do urbano pelas favelas não é uma fruição estética na qual se aguardam consumidores para o espetáculo. É uma ação de atribuição aquele espaço de valor simbólico, uso. Desta forma, a valorização dos favelados, com a criação de canais de participação, construção e diálogo,



bem como fortalecimento de espaços com condições para uma participação consciente, são mecanismos que necessitam ser repensados na luta pelo direito à cidade.

Palavras-chave: favela; mulheres; luta; direito à cidade; remoção

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BARBOSA, J. L. **Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa**. In: *Revista Biblos 3W*, Barcelona: Universidade de Barcelona, Vol. XV, nº 865, 25 de março de 2010.

BARBOSA, J. L.; SILVA, J. S. **As favelas como territórios de reinvenção da cidade**. In: *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n.1, fev.2013.

BARBOSA, J. L. A Favela na cena cultural urbana do Rio de Janeiro. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, no. 36, 2014.

CARNEIRO, S. (2003, setembro-dezembro). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-132.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Mulher Negra e o direito á cidade: relações raciais e de gênero**. Org.: Renato Emerson dos Santos. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: direito à cidade à revolução urbana**. David Harvey –São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

Lavinas, L. (1996). As mulheres no universo da pobreza. O caso brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, ano 4, 446-479

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.



LEFEBVRE, H. **Vida cotidiana no mundo moderno**: Ática, São Paulo, 1991(a)

MELO, Hildete Pereira. A vida das mulheres em tempos de pandemia. Nexos Ensaio –Rio de Janeiro, 2020.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287 - 308, 2007. OLIVEIRA, A. L. de. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n40, 2018

OLIVEIRA, Larissa BenKendorf. Do discurso invisibilizador das mulheres à reexistência delas: por uma historiografia feminista da geografia. Monografia em Dinâmicas Urbano-Ambientais e Gestão do Território, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classe :mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular. 2013 [1969].

SAFFIOTI, H. I. B.; Almeida, S. De (1995). Violência de gênero. Poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter.

SILVA, J. S. **Um espaço em busca de seu lugar: para além dos estereótipos das favelas cariocas**. In: *Território/território*. Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2003.

SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; FAUSTINI, M. V. **O Novo Carioca**. Rio de Janeiro: Mórula, 2012.

SILVA, J.S; BARBOSA, J. L; SIMÃO, M. P. **A favela reinventa a cidade**. -1.ed- Rio de Janeiro: Mórula : EdUniperiferias. 2020.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

XIV ENANPEGE
CIVILIZADO DIGITAL

SPIVAK, G. C. (2010). Pode o subalterno falar? (S. R. G. Almeida; Feitosa, M. P. F & A. P. Feitosa, trads.). Belo Horizonte: Editora UFMG.

TAVARES, R. B. (2012). Uma análise das desigualdades de gênero em favelas do Rio de Janeiro: Perspectiva do reconhecimento para o urbanismo. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 12(2).

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.